EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA 1º VARA DA COMARCA DE CAARAPÓ/MS

**URGENTE!!!** 

DESOBEDIÊNCIA DA DECISÃO DE TUTELA DE URGÊNCIA DE FLS. 314/321

Processo n. 0800503-11.2025.8.12.0031

O **MUNICÍPIO DE CAARAPÓ**, localizado no Estado de Mato Grosso do Sul, inscrito no CNPJ/MF 03.155.900/0001-04, com sede na Avenida Presidente Vargas, 465, Centro, Caarapó/MS, por meio de seu Procurador Municipal infrafirmado, no uso de suas atribuições legais, vem perante Vossa Excelência, informar e requerer o que segue.

1) DO DESRESPEITADO REITERADO DA DECISÃO CONCESSIVA DE TUTELA DE URGÊNCIA:

Por meio da presente petição, o ente municipal vem informar à Vossa Excelência que a Empresa Requerida tem desrespeitado a decisão concessiva de Tutela de Urgência de fls. 314/321.

A despeito de a decisão deferir o pedido exordial do Município de tutela de urgência para o fim de que a Empresa Requerida restabelecesse integralmente o fornecimento de combustível para a frota de veículos municipais nos termos da Ata de Registro de Preços do Processo Administrativo n. 236/2024, a mesma tem desobedecido a determinação judicial proferida nesses autos.



Consoante a Ata Notarial (Livro n. 109, Folha n. 287, do Cartório de Notas e Registros Civil de Caarapó/MS), datada de 31 de Outubro de 2025 (em anexo), a Empresa Requerida se negou a abastecer os galões ou tanques de apoio que se encontram na caçamba do veículo Ford D-20, placa HRF 2285, propriedade do Município (em anexo), o qual se destina ao abastecimento de veículos que são utilizados para serviços na área rural do Município, como retroescavadeiras, caminhões caçambas, todo o maquinário pesado que se localiza distante do posto de combustível em questão.

Cumpre destacar que tal negativa é reiterada, já que em datas anteriores ao registro cartorário, a Empresa Requerida manteve a mesma postura, o que obrigou o Município a providenciar a Ata Notarial para o fim de comprovar o comportamento lesivo à Ata de Registro de Preços e à decisão concessiva de tutela de urgência.

O proprietário da Empesa Requerida alega o impedimento no abastecimento pelo fato de que a Ata de Registro de Preços objeto dessa demanda não especifica expressamente a obrigação de realiza-lo em galões ou tanques de apoio.

Assevera que para o devido abastecimento, seria necessário que o Município suspendesse tais veículos em um caminhão prancha e levasse os maquinários pesados para o posto.

Com a devida *venia* Excelência, mas é inquestionável o absurdo da alegação prestada pela Empesa, uma vez que o abastecimento nessa modalidade se destina ao atendimento das políticas públicas da área rural do Município, local em que se utilizam veículo pesados e, por óbvio, não teriam como se deslocar até o posto de combustíveis para serem atendidos.

Ademais, é de se espantar essa atitude do proprietário da Empresa, <u>uma vez que desde o início da Ata de Registros de Preços estava</u> atendendo regularmente os maquinários pesados que se localizam na área rural do <u>Município de Caarapó/MS dessa forma,</u> mas em Outubro, perto do final do prazo contratual, optou por negar o abastecimento.

Cumpre destacar que tais veículos são imprescindíveis para o atendimento das políticas públicas na área rural do Município, mas por conta da atitude da empresa, as máquinas estão paradas e não estão sendo utilizadas.

Outrossim, cumpre ressaltar que o pedido exordial para a concessão da tutela de urgência foi pelo restabelecimento integral do abastecimento da frota municipal, sendo que a tutela de urgência foi deferida sem ressalvas.

Contudo Excelência, mesmo se considerarmos a alegação do proprietário do posto de que não está descrito expressamente na Ata de Registros de Preços o abastecimento por meio de galões ou tanques de apoio, o que não se espera, da mesma forma a negativa não prospera, visto que a Empresa Requerida abasteceu os galões ou tanques de apoio visando o maquinário pesado localizado na área rural **por mais de dez meses**, sem qualquer objeção, portanto, acarretou o fenômeno da <u>Surrectio</u>, que nos contratos administrativos ou civis consiste em um comportamento continuado da contratante por muito tempo, o que faz surgir um direito que não estaria previsto no contato originário.

Tal fenômeno corresponde à boa-fé objetiva, visto que cria ao outro contratante expectativa legítima e estabiliza uma situação jurídica favorável para a parte que se beneficiou com essa conduta, gerando um direito mesmo que não houvesse previsão contratual para tanto.

Portanto Excelência, apesar de a Ata de Registro de Preços ser específica para atender a frota municipal sem qualquer exceção, não sendo possível negar o seu atendimento, igualmente é impossível à Empresa negar o atendimento por meio tanques ou galões, já que tem atuado dessa forma pela quase integralidade do contrato, não sendo possível agir de maneira diversa, já que teria surgido um direito ao Município.

## 2) DOS PEDIDOS:

Isto posto, o Município de Caarapó/MS requer de Vossa Excelência o seguinte:

a) Que a Empresa Requerida seja compelida a retomar, imediatamente, o abastecimento integral dos veículos do Município, inclusive por meio da utilização galões ou tanques de apoio para atender os maquinários pesados que se localizam distante do posto de combustível e necessitariam de um caminhão prancha para serem levados ao posto de combustível;

**b)** A majoração de multa para R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por dia de paralisação do abastecimento em razão do novo descumprimento infundado da decisão concessiva da tutela de urgência de fls. 314/321.

Termos em que, pede deferimento.

Caarapó/MS, 03 de Novembro de 2025.

## **RAFAEL MOTA MACUCO**

Procurador do Município

OAB/MS 11.712

## REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

Renê Weiber dos Santos

Tabelião de Notas e Registrador Civil de Caarapó/MS

LIVRO Nº. 109-N - FOLHA Nº. 287

helionato

de Notas

ATA NOTARIAL AIBAM quantos esta pública escritura virem, que aos trinta e um (31) de

outubro (10) de dois mil e vinte e cinco (2025), nesta Cidade, Município e comarca de Caarapó, Estado de Mato Grosso do Sul, em Cartório, perante mim tabelião, compareceu como REQUERENTE: MUNICÍPIO DE CA ARAPÓ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/ME o sob o nº. 03.155.900/0001-04, com sede na Av. Presidente Vargas, nº. 465, centro, na scidade de Caarapó-MS, CEP 79940-000, neste ato representada pela prefeita municipal a senhorita MARIA LURDES PORTUGAL, brasileira, solteira e convivente, produtor rural, portadora da CNH nº 00257694390-DETRAN/MS expedida em 16/08/2022, na qual consta o Documento de Identidade RG nº 516329-SSP/MS, inscrita no CPF/MF nº 8 366.501.021-72, filha de Narciso Alves Portugal e de Aliete Paulo Portugal, nascida er € 2 Maria Helena-PR aos 21 de Abril de 1968, residente e domiciliada na Av. Dom Pedro IB 80 nº 61, Centro, na cidade de Caarapó-MS, CEP 79940-000; pessoa capaz e reconhecida do que dou fé. Por ele foi requerida a lavrate 80 nos min polo documentação aprocentada, do que dou fé. Por ele foi requerida a lavrate 80 nos min polo documentação aprocentada, do que dou fé. Por ele foi requerida a lavrate 80 nos min polo documentação aprocentada. por mim pela documentação apresentada, do que dou fé. Por ele, foi requerida a lavratue ra da presente ata notarial, para provar fatos presenciados pelo tabelião que a esta redege e subscreve, de acordo com o art. 384 do Código de Processo Civil e ainda pela competência exclusiva que me confere a Lei nº. 8.935/1994 em seu art. 7º, inciso III, o que faço nos seguintes termos: 1) Atendendo ao que me foi solicitado através do Oficio nº 414/2025 – GAB-PREF de 29.10.2025, no dia trinta e um (31) de outubro (10) de dos mil e vinte e cinco (2025), exatamente às 10h10min, compareci ao Posto Dom Pedra Ltda. localizado na Av. Dom Pedro II, nº 1922, Vila Planalto, nesta cidade de Caarape MS, oportunidade na qual houve a negativa por parte do Sr. ALESSANDRO PAULINO DE SOUZA, proprietário do posto de combustíveis, do abastecimento por meio de tare que de apoio que estava sobre a caçamba da camionete de placas HRF2C85, conforme anexos "1" e "2"; 2) Na oportunidade, o Sr. ALESSANDRO PAULINO DE SOUZA informou que a negativa estava se dando porque não consta na Ata de Registro de Precos a capativa por que não consta na Ata de Registro de Precos a capativa estava se dando porque não consta na Ata de Registro de Precos a capativa por parte do Sr. ALESSANDRO PAULINO DE SOUZA informada per parte do Sr. ALESSANDRO PAULINO DE SOUZA informada per parte do Sr. ALESSANDRO PAULINO DE SOUZA informada per parte do Sr. ALESSANDRO PAULINO DE SOUZA informada per parte do Sr. ALESSANDRO PAULINO DE SOUZA informada per parte do Sr. ALESSANDRO PAULINO DE SOUZA informada per parte do Sr. ALESSANDRO PAULINO DE SOUZA informada per parte do Sr. ALESSANDRO PAULINO DE SOUZA informada per parte do Sr. ALESSANDRO PAULINO DE SOUZA informada per parte do Sr. ALESSANDRO PAULINO DE SOUZA informada per parte do Sr. ALESSANDRO PAULINO DE SOUZA informada per parte do Sr. ALESSANDRO PAULINO DE SOUZA informada per parte do Sr. ALESSANDRO PAULINO DE SOUZA informada per parte do Sr. ALESSANDRO PAULINO DE SOUZA informada per parte do Sr. ALESSANDRO PAULINO DE SOUZA por mim pela documentação apresentada, do que dou fé. Por ele, foi requerida a lavratue que de apoio que estava sobre a caramno de caminote de pacas minimo que a negativa estava se dando porque não consta na Ata de Registro de Preços do obrigação de abastecer galões ou tanques de comboio, sendo que, inclusive, não have estava se dando porque não consta na Ata de Registro de Preços do obrigação de abastecer galões ou tanques de comboio, sendo que, inclusive, não have estava se dando porque não consta na Ata de Registro de Preços de verculos (galões ou tanques de comboio); 3) Por fim, o Sr. ALESSANDRO PAULINO DE SOUZA destacou que não está impedindo o abastecimento de veiculos, sendo que rior genomemento em que estive no local estava sendo abastecida a ambulância de places expendente e que estive no local estava sendo abastecida a ambulância de places expendente que estive no local estava sendo abastecida a ambulância de places expendente e que servicio expendente e que sendo que reficial e assino. A cópia dos documentos do requerente e de sua representante legal se encontram arquivados nesta Serventia na caixa "Escrituras nº. 109-N – Fis. 287". De tudo dou fé. Emolumentos: Isento. (Selo Digital: ACB40150-859-IGB. Consulte em: www.tims.jus.br ou pelo QR Codo). (3) Por fim, o de Carangó – Requerente. Em testemunho (a) da verdade. (a) René Weiber dos Santos - Tabelião de Notas e Registrador Civil. NADA MAIS. Trasladada fielmente em seguida e conforme o original. Eu, tabelião que digitei e subscrevi.

Em testemunho da verdade. mou que a negativa estava se dando porque não consta na Ata de Registro de Preços &





Anexo 1





Anexo 3





050S-1AM



Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tijms.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0800503-11.2025.8.12.0031 e código LJ0TPoWc.